



CFC
DE A A Z

Prof. Márcio Borges



Perícia contábil

Questões dos últimos exames

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2023.1)

Ariovaldo, profissional graduado em ciências contábeis e com vasta experiência na área, foi legalmente nomeado perito judicial. Ao iniciar os trabalhos, Ariovaldo percebe que, para elaboração do laudo e respostas aos quesitos formulados pelas partes, não se fazem necessários conhecimentos técnicos ou científicos especializados, mas, tão somente, planilhamento de lançamentos a débito e a crédito existentes em 72 contas bancárias do investigado, além de apuração dos montantes movimentados em todas as contas pelo período de 5 anos. Considerando o grande volume de trabalho, haja vista que todos os extratos bancários foram disponibilizados em meio físico (impressos), o fato de outros servidores do judiciário ou mesmo de outros órgãos públicos serem capazes de fazer o planilhamento e a apuração dos saldos movimentados, as disposições do Código de Processo Civil e, unicamente, as informações anteriormente disponibilizadas, Ariovaldo deve:

- A) Alegar impedimento e recusar o trabalho.
- B) Escusar-se do encargo alegando justo motivo.
- C) Empregar toda a diligência exigida e, no prazo acordado, entregar seu trabalho.
- D) Declarar possibilidade de suspeição, pois esse tipo de trabalho tem grande probabilidade de erro.

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2021.1)

Em janeiro de 2021, João Perito foi nomeado para a apuração de haveres da empresa SS Ltda., tendo a perícia o objetivo de determinar o valor do Patrimônio Líquido, para fins de pagamento dos haveres ao sócio minoritário Luiz de Souza, que detém 20% das quotas do capital da empresa e está se retirando da mesma. Durante os procedimentos, foi constatado que:

- De acordo com o contrato social da empresa, a distribuição dos lucros é proporcional ao capital social;
- O sócio citado já integralizou totalmente a sua participação no capital social;
- Não há saldo de pró-labore a receber em favor do sócio;
- Não há outros créditos ou débitos a receber e/ou a pagar do sócio;

O Balanço Patrimonial elaborado em 31/12/2020 apresentava os seguintes saldos

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Disponibilidades	R\$ 16.000,00	Fornecedores	R\$ 6.000,00
Clientes	R\$ 20.000,00	Obrigações Tributárias	R\$ 2.000,00
Estoques	R\$ 25.000,00	Obrigações Trabalhistas	R\$ 2.000,00
Ativo não Circulante		Patrimônio Líquido	
Imobilizado	R\$ 60.000,00	Capital Social	R\$ 100.000,00
Depreciações Acumuladas	(R\$ 6.000,00)	Lucros Acumulados	R\$ 5.000,00
Total do Ativo	R\$ 115.000,00	Total do Passivo	R\$ 115.000,00

Não foram encontrados registros contábeis dos seguintes itens: Despesas diversas (água, luz, outras) referentes ao exercício de 2020 a serem pagas em 2021 – R\$ 1.000,00; Provisão de férias com 1/3 constitucional e os respectivos encargos sociais referentes ao exercício de 2020 – R\$ 500,00; Venda realizada à vista durante o exercício de 2020 – R\$ 5.000,00; Baixa de estoque em 2020 referente à venda não contabilizada – R\$ 2.000,00;

Os demais elementos ativos e passivos estão corretamente classificados e avaliados.

Considerando somente as informações apresentadas no laudo, o perito concluirá que os haveres do sócio Luiz de Souza, em 31/12/2020, na empresa SS Ltda., correspondem a:

- A) R\$ 21.000,00
- B) R\$ 21.300,00
- C) R\$ 23.000,00
- D) R\$ 23.600,00

Despesas diversas (água, luz, outras) referentes ao exercício de 2020 a serem pagas em 2021 – R\$ 1.000,00;
Provisão de férias com 1/3 constitucional e os respectivos encargos sociais referentes ao exercício de 2020 – R\$ 500,00; Venda realizada à vista durante o exercício de 2020 –R\$ 5.000,00; Baixa de estoque em 2020 referente à venda não contabilizada – R\$ 2.000,00;

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2019.2)

Uma sociedade empresária apresentava o seguinte quadro de participação societária: sócios Alfa – 25%; sócio Beta – 25%; sócio Delta – 40%; sócio Gama – 10%. Em setembro de 2019, os sócios Alfa, Beta e Delta decidiram excluir o sócio Gama da sociedade e, para demonstrar à mesmo sua parte nos haveres, os demais sócios solicitaram ao contador que elaborasse o Balanço Patrimonial em 30 de setembro de 2019, que apresentou o Patrimônio Líquido com a seguinte composição:

Capital Social – R\$ 300.000,00;

Reservas de Lucros – R\$ 50.000,00;

Prejuízos Acumulados – R\$ 60.000,00.

O sócio Gama questionou judicialmente os valores e, para tanto, foi nomeado um perito contador pelo juiz para a elaboração do Balanço Especial. Examinando a documentação contábil, o perito constatou que:

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2019.2)

(a) em 31/12/2018 haviam obrigações e contingências que não haviam sido contabilizadas e geraram uma redução de R\$ 12.000,00 no Patrimônio Líquido;

(b) até a data de levantamento do Balanço Especial havia um lucro apurado de R\$ 20.000,00. Considerando as informações, os haveres do Gama em 30/09/2019 correspondem a:

A) R\$ 29.000,00.

B) R\$ 29.800,00.

C) R\$ 32.200,00.

D) R\$ 41.800,00.

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2022.2)

Considerando a legislação profissional vigente sobre perícia, bem como o Código de Processo Civil e a Lei nº **12.030/2009**, que versa sobre perícias oficiais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal estão sujeitos a regime especial de trabalho, observada a legislação específica de cada ente a que se encontrem vinculados.
- B) No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurado autonomia técnica, científica e funcional, não sendo exigido concurso público, nem formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.
- C) Observado o disposto na legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado, são considerados peritos de natureza criminal, inclusive os peritos criminais com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional.
- D) O profissional de contabilidade que atua como perito, ao prestar informações inverídicas, seja por dolo ou culpa, responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2022.2)

Os contadores João e Gabriel foram indicados para participar como peritos em um processo judicial, no qual é requerido conhecimento contábil para apurar o custo de produção e a margem de lucro de determinados produtos. João foi nomeado perito do juízo e Gabriel foi indicado por uma das partes para atuar como assistente técnico. Das quatro afirmativas a seguir que apresentam informações relacionadas à nomeação e atuação de João e de Gabriel, a afirmativa que NÃO contraria as diretrizes estabelecidas na NBC PP 01 (R1) – Perito Contábil é:

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2022.2)

- A) Para comprovar sua habilitação profissional, o perito João anexou a Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade no primeiro ato de sua manifestação ao juízo.
- B) Gabriel foi indicado por uma das partes, pois já conhece os aspectos contábeis relacionados ao litígio, tendo atuado como consultor do contratante acerca do objeto da discussão, o que lhe concede todos os atributos técnicos e legais exigíveis para atuar como Assistente Técnico e torna dispensável a celebração de contrato de prestação de serviços com o seu cliente.
- C) João, perito do juízo, elaborou sua proposta de honorários, incluindo o plano de trabalho. O atendimento a quesitos suplementares/complementares é algo corriqueiro em perícias contábeis, tendo em vista que alguns assuntos são inerentemente complexos e podem ser de difícil compreensão. Assim, João julgou não ser necessário tratar desse assunto em sua proposta de honorários.
- D) Durante a realização dos trabalhos periciais, João identificou a necessidade de realização de diligências, para obtenção de elementos de prova e elucidação de dúvidas. Tendo em vista que todos os detalhes da diligência e que os elementos de prova serão devidamente consignados e descritos no laudo pericial, João julgou não ser necessário comunicar previamente ao assistente ação da diligência.

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2022.1)

Romeu e Rômulo, empresários reconhecidamente muito ricos e ostentadores de seus patrimônios em redes sociais, estão sendo investigados por desvios de dinheiro público por meio de processo licitatório – em tese fraudulento – cuja empresa, da qual são proprietários, se sagrou vencedora. Os advogados da empresa e, também, dos empresários, verificaram que, apesar de oferecida a denúncia, não foram solicitados exames periciais e, portanto, não se encontra apensado laudo de perícia contábil. Considerando ser de suma importância a realização de exames técnicos-científicos, os advogados requereram, em juízo, a realização de perícia. Sobre os honorários a serem pagos ao perito, na situação hipotética descrita, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Os honorários do perito nomeado serão rateados entre o ente público que realizou a licitação e a empresa envolvida.
- B) Considerando que a perícia não foi determinada de ofício, a empresa investigada adiantará a remuneração do perito.
- C) Os honorários do perito serão pagos, integralmente, com recursos alocados no orçamento do ente público responsável pela licitação.
- D) Por se tratar de empresários muito ricos e influentes, o Juiz deverá oficiar a Fazenda Pública para que ela efetue o pagamento dos valores gastos com os honorários da perícia.

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2021.2)

“Luciano, proprietário de uma determinada empresa falece, e, após divergências conciliatórias de seus beneficiários, o Juiz nomeia o perito contador Bertoldo, devidamente registrado, com o objetivo de inventariar contabilmente os bens dos herdeiros. Uma das filhas de Luciano, Marinete, para se certificar da transparência dos trabalhos do perito nomeado pelo Juiz, resolve contratar Pedro, um contador, como perito assistente técnico. Ao final dos trabalhos, Bertoldo elaborou um laudo pericial com a sua opinião sobre o patrimônio disputado pelos familiares na Justiça.

Marinete não ficou satisfeita com o laudo publicado pelo perito e chama Pedro (perito assistente) para uma conversa a respeito.” Mesmo não havendo determinação em juízo, definindo o prazo para emissão do seu parecer, cabe a Pedro, perito assistente:

- A) Emitir, imediatamente, outro laudo pericial.
- B) Entregar o seu novo laudo a Bertoldo, logo após a publicação do laudo pericial oficial.
- C) Esperar o prazo de dez dias após a publicação do laudo pericial para emitir o seu parecer.
- D) Entrar com pedido de impedimento do perito Bertoldo após vinte dias da emissão do laudo.

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2021.2)

“O Juiz, em perícia judicial, nomeou Roberto (contador), como perito contábil para realizar o levantamento do balanço patrimonial de empresas envolvidas em um processo litigioso.” Ao elaborar a proposta de honorários, Roberto NÃO deverá considerar:

- A) Laudos interprofissionais.
- B) Prazos para execução da perícia.
- C) Honorários relativos a quesitos suplementares.
- D) Local da coleta de provas e realização da perícia.

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2020.1)

Em uma ação cível de apuração de haveres, o perito contábil apresentou em seu Laudo Pericial a metodologia de trabalho da seguinte forma: “Desenvolveu-se o trabalho mediante a análise dos livros diário e razão e demais documentos solicitados conforme Termo Inicial de Diligência Pericial”. Tal metodologia apresentada refere-se à utilização pelo perito do procedimento de:

- A) Indagação.
- B) Mensuração.
- C) Exame.
- D) Avaliação.

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2020.1)

No Laudo Pericial encontra-se discriminado pelo perito contábil o seguinte quesito e resposta: “Queira o senhor perito informar se o autor goza de boa saúde física e mental para suportar o resultado do processo? Resposta: Quesito estranho à matéria contábil”.

Considerando o disposto, pode-se afirmar que o tipo de quesito apresentado pode ser identificado como:

- A) Impertinente.
- B) Suplementar.
- C) Esclarecimento.
- D) Pertinente.

(CONSULPLAN /Exame de Suficiência/ 2019.2)

NBC PP 01 estabelece critérios inerentes à atuação do contador na condição de perito. São considerados casos de suspeição a que está sujeito o perito do juízo segundo a referida norma, EXCETO:

- A) Ser amigo distante de qualquer uma das partes.
- B) Ser parceiro, empregador ou empregado de alguma das partes.
- C) Ser herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes ou dos seus cônjuges.
- D) Ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau.



Obrigado e até nossa próxima aula!